



#### **AT 4: Opinião Pública, Campanha e Voto**

### **Como a avaliação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: Evidências de oito capitais no Brasil, 2008.**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Fernandes Veiga – UFPR  
lucveiga@terra.com.br

Ms. Sandra Avi dos Santos – UFPR  
nasdrinha@gmail.com

Ms. Daniela Silva Neves – UFPR  
danineves@ig.com.br

Palavras- chaves: Eleição local, determinantes do voto, reeleição.

## **Como a avaliação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: Evidências de oito capitais no Brasil, 2008.**

Luciana Fernandes Veiga<sup>1</sup>

Sandra Avi dos Santos

Daniela Silva Neves

### **Introdução**

No Brasil, nas eleições municipais de 2008, vinte prefeitos de capitais dentre os 27 estados de todo o país se candidatam à reeleição ao cargo: treze saíram vitoriosos ainda no primeiro turno da disputa, após conseguirem no mínimo 50% dos votos mais um; seis conseguiram se reeleger no segundo turno e apenas um não obteve sucesso no pleito. A reeleição<sup>2</sup> de prefeitos no Brasil é o tema desta comunicação.

Iniciamos a discussão falando sobre a importância da avaliação positiva da administração municipal e da rejeição ao prefeito e ao seu principal adversário na decisão do voto, particularmente em um cenário de reeleição. Para ilustrar nosso problema, mencionaremos desde já três candidatos prefeitos que obtiveram diferentes desempenhos no pleito de 2008. O prefeito de capital mais bem avaliado no início da disputa eleitoral era Beto Richa (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), de Curitiba (PR), com 77% de aprovação de sua administração e apenas 7% de rejeição à sua imagem. Ao final do pleito, conseguiu se reeleger ainda no primeiro turno. O mandatário de São Paulo (SP), Gilberto Kassab (Democratas - DEM), iniciou o pleito com apenas 32% de avaliação positiva de sua gestão e 27% de rejeição. No decorrer do primeiro turno, que tem duração de 45 dias, fez crescer a aprovação de sua gestão em 14 pontos e reduziu a rejeição em três pontos junto ao eleitorado. A partir desta taxa de avaliação positiva, o prefeito foi conduzido ao segundo turno e reeleito. Já Manaus (AM), capital na qual o candidato prefeito, Serafim Corrêa (Partido Socialista Brasileiro - PSB), não conseguiu a reeleição, a taxa de satisfação

---

<sup>1</sup> Luciana Fernandes Veiga é professora do Departamento de Ciências Sociais e vice-coordenadora do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora colaboradora do Doxa/ IESPE. Sandra Avi dos Santos e Daniela Silva Neves são mestrandas do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFPR. As autoras são integrantes do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política & Opinião Pública – UFPR.

As autoras agradecem a Diretora do Instituto Ibope Márcia Cavallari por ter liberado o acesso aos bancos de dados das eleições 2008 para as pesquisadoras para a elaboração deste paper.

<sup>2</sup> O direito a reeleição foi introduzida no Brasil em 1997 através da Emenda Constitucional de nº16, que diz que : “§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.”

com a gestão municipal era de 19% e a sua rejeição chegava a 50% em agosto. No decorrer do primeiro turno, Serafim Corrêa conseguiu aumentar a taxa de aprovação de sua gestão para 40,7% e reduziu a sua rejeição em 4 pontos. Tal desempenho possibilitou que ele chegasse ao segundo turno. No entanto, não venceu a disputa contra Amazonino Mendes (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB)<sup>3</sup>.

De acordo com a teoria da racionalidade do voto, o eleitor age como um juiz, isto é, se ele avalia que o atual governante está tendo um desempenho positivo junto ao seu mandato, tende a votar pela sua continuidade. No entanto, se o mesmo acredita que o governante está tendo um desempenho negativo em sua gestão, tende a votar na oposição. (KRAMER, 1976). À regra de decisão satisfacionista de Kramer deve ser acrescentado o cálculo prospectivo. Este cálculo pressupõe que os eleitores têm certa expectativa sobre as ações que determinado candidato, uma vez no poder, deverá tomar. Se considerarem que essas ações futuras serão positivas, ele votará neste candidato; caso contrário, vota em outro (CAMARGOS, 1999; LOCKERBIE 1991; LANUE 1994). Neste caso, a rejeição de um candidato por qualquer motivo, pode implicar na aceitação do outro, que passa a ser necessariamente o candidato que o eleitor prefere (FIGUEIREDO, 2008).

Ao buscarmos trabalhar com a decisão do voto, a teoria da racionalidade é aquela que vem sendo mais adotada nos últimos anos, dividindo espaço também com a corrente psicológica, em detrimento da corrente sociológica. Neste trabalho lançaremos mão da teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN, P. e LEVENDUSCKY, 2009), que alia a teoria da racionalidade à psicológica.

O principal pressuposto desta abordagem teórica é que os eleitores não tomam suas decisões de maneira aleatória. Eles elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Assim a teoria institucional da escolha política apresenta dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos.

No que se refere ao mecanismo explicativo interno, sobre como as decisões são elaboradas – uma vez posto o cardápio de opções - a teoria institucional da escolha política associa a teoria da escolha racional – que assume a racionalidade em quaisquer circunstâncias – e a abordagem psicológica que assume escolhas a despeito da presença ou não de racionalidade completa. Três premissas estão no cerne do modelo adotado nesta

---

<sup>3</sup> Como este trabalho analisa a reeleição de prefeitos em 2008 e Serafim Correa não foi reeleito, daqui em diante não abordaremos mais o caso de Manaus.

comunicação: a) os atores buscam maximizar o seu bem-estar; b) mas operam com baixa capacidade de associação de conhecimento e atenção; c) a expectativa sobre os desejos e sonhos dos outros atores é assimilada. As três premissas – maximização de utilidades, racionalidade limitada, endogeneidade de preferências e valores - formam a base da decisão política.

Já o mecanismo explicativo externo, voltado para entender as alternativas que são oferecidas aos eleitores, aborda a relação entre as instituições e as expectativas racionais. O que nos remete à necessidade de olhar não apenas para as preferências e valores dos eleitores, mas também para a configuração do jogo. Por exemplo, o número de alternativas oferecidas pode influenciar o resultado de uma disputa. Neste sentido, a restrição do número de opções pode ser uma estratégia adequada da configuração da escolha política se o que se pretende é que seja mantida a coerência entre a atitude pessoal e a decisão final. Assim, enquanto existem estudos que apontam que para o eleitor o melhor caminho é ter uma única opção de escolha, devendo o mesmo decidir entre aceitar ou declinar em relação à proposta que lhe está sendo apresentada, sem ter o risco de se distrair com uma segunda opção, outros apontam que o melhor é aquele em que o eleitor dispõe de duas opções para que possa confrontar as alternativas concorrentes (SULLIVAN et al, 1978, BISHOP, 1978, apud SNIDERMAN e LEVENDUSKY, 2009).

Parece-nos oportuno, assim, discutir como o sistema multipartidário influencia o cálculo e as expectativas racionais. Dessa forma, imediatamente, verifica-se a importância das instituições partidárias na definição da estrutura do padrão de escolhas. Os partidos podem – em um sistema multipartidário – optar, dentro de suas possibilidades, por formarem coalizões eleitorais mais ou menos abrangentes, influenciando o número de candidatos em disputa. Pois, neste sistema, os eleitores entendem que nenhum partido será capaz de governar sozinho. A coalizão de governo será formada e o eleitor deve calcular a combinação de partidos que irá realizar de maneira mais satisfatória seus objetivos políticos. Assim derivamos de Sniderman, P. e Levendusky (2009) o nosso principal pressuposto teórico: para entender as escolhas na política – no caso em específico desta pesquisa, o voto no prefeito – é necessário ter em conta não somente as posturas dos eleitores – se satisfeitos ou não com a gestão e com os políticos em disputa—, mas também as propriedades da configuração política. Ressalta-se assim o novo componente da teoria das escolhas, a configuração do jogo – especificamente as candidaturas em disputa e a correlação de forças estabelecida entre as mesmas – no qual as instituições políticas e, particularmente, os partidos políticos têm um papel fundamental.

Neste momento da discussão, estamos aptos a explicitar os objetivos deste artigo. Com esta pesquisa, nos interessa identificar qual a influencia da satisfação com a gestão do prefeito, de sua rejeição e da rejeição ao seu principal adversário na intenção de voto no mandatário nas oito capitais estudadas. O estudo da relação destas três variáveis independentes com a decisão do voto no prefeito compõe a nossa contribuição para a análise dos mecanismos internos da decisão. A fim de entendermos os mecanismos externos da decisão, ou seja, a configuração do jogo eleitoral, interessa-nos verificar como os partidos dos prefeitos foram capazes de elaborar coligações que lhes proporcionem o aumento da capilaridade e do tempo de televisão – através do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) --, que seriam considerados aqui atributos capazes de denotar força para a sua candidatura. E ainda avaliar, o peso de tais configurações do jogo na decisão do voto do eleitor pelo prefeito.

Este estudo apresenta a análise de disputas eleitorais municipais no Brasil, tendo como base surveys realizados em oito capitais brasileiras no ano de 2008<sup>4</sup>. A presente pesquisa tem como universo quatro capitais nas quais os prefeitos foram reeleitos no primeiro turno e quatro que foram reeleitos no segundo turno . Ressaltamos que não é objetivo deste trabalho explicar o voto nas capitais estudadas, mas apenas o voto no mandatário nestas disputas.

**Tabela 01 – Capitais Brasileiras – oito casos analisados**

	Capital – Estado	Número de eleitores	PIB <sup>5</sup>
Reeleitos primeiro turno	Curitiba – PR	1.245.505	29,8 bi
	Maceió – Al	1.859.487	6. 2 bi
	Goiânia – GO	845.321	13,3 bi
	Fortaleza – CE	1.465.462	19,7 bi
Reeleitos segundo turno	Florianópolis – SC	301.907	6,2 bi
	Porto Alegre – RS	1.040.523	27,9 bi
	São Paulo – SP	8.198.282	263,2 bi
	Salvador – BA	1.737.027	22,1 bi

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/pibmunic2005.pdf> [http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes\\_2008.htm](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_2008.htm)

<sup>4</sup> Dentre os bancos de dados cedidos pelo Ibope referentes à disputa municipal de 2008, eram destas capitais que se referiam à reeleição de prefeitos.

<sup>5</sup> Produto Interno Bruto.

Para a análise dos casos, foram utilizados os bancos de dados disponibilizados pelo Instituto Ibope<sup>6</sup>. Trata-se do conjunto de 16 *surveys*, duas pesquisas para cada capital, sendo uma realizada no momento anterior ou inicial da veiculação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – no mês de agosto – e a segunda rodada de entrevistas realizada ao final do mês de setembro. O início da veiculação do Horário Eleitoral demarca o início da campanha do primeiro turno para a grande maioria dos eleitores. A eleição no primeiro turno ocorreu no dia 05 de outubro.

Cabe explicitar mais uma razão que desperta o interesse para a realização desta pesquisa. Jessica Trounstone (2009), ao traçar uma perspectiva da Ciência Política nos Estados Unidos, aponta que os estudos de política local têm sido preteridos em seu país nos últimos anos, mas argumenta que eles merecem ser revisitados, na medida em que: a) o nível local é fonte de numerosos resultados políticos importantes para as diferentes esferas de decisão; b) eles podem trazer novos desafios e avanços metodológicos; c) a análise do nível municipal pode ampliar e diversificar o escopo de problemas e questões que o foco nacional não pode oferecer.

Com este trabalho, a intenção é contribuir para expandir o debate sobre comportamento eleitoral no Brasil, para além das análises sobre as disputas nacionais tão exploradas nas duas últimas décadas. Sabemos, contudo – e felizmente – que não se trata de um movimento isolado. É perceptível que o foco local nos estudos eleitorais vem novamente merecendo a atenção dos cientistas políticos no país.

O artigo está organizado em três partes para além da introdução. A seguir, será apresentada uma discussão da literatura sobre os estudos eleitorais com foco local realizados no Brasil. Neste momento, buscaremos identificar como as teorias do voto foram utilizadas nas explicações das disputas municipais até este momento. Na segunda parte, o objetivo será apresentar análises de correlação e regressão entre o voto no prefeito (variável dependente) e avaliação positiva da gestão municipal, rejeição ao prefeito, rejeição ao principal adversário, tamanho da capilaridade da coligação do mandatário e tempo de televisão disponibilizado para a coligação do prefeito (tidas como variáveis independentes) nos dois momentos em foco: no início e ao final do primeiro turno da disputa. A análise será estruturada a partir das oito capitais e de dois agrupamentos, de acordo com o desempenho do candidato prefeito: reeleito no primeiro turno e reeleito no segundo turno. Ao final, apresentaremos as conclusões.

---

<sup>6</sup> Para mais informações, ver em anexo metodológico.

## **1. Poder Local: Aplicação da teoria de comportamento eleitoral em disputas municipais no Brasil**

Esta revisão teórica sobre poder local e decisão do voto inicia-se com uma coletânea publicada ainda na década de 70, com estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil em tempos de sistema bipartidário, que servia para legitimar o regime autoritário. Ao escrevê-la, os cientistas políticos brasileiros propuseram-se a estudar como o eleitor estava “amadurecendo” com o resultado das eleições.

A coletânea *Os partidos e o regime* (REIS, 1978) analisa o comportamento eleitoral nas disputas municipais de 1976. Através de *surveys* realizados em quatro cidades de porte médio- Presidente Prudente (SP), Juiz de Fora (MG), Caxias do Sul (RS) e Niterói (RJ) -, os artigos tentam explicar o “recado das urnas” diante das alternativas ARENA (Aliança Renovadora Racional), partido ligado ao regime autoritário e governo federal, por isso situacionista, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), considerado o “partido dos pobres”, oposicionista ao regime. Os questionários fornecem elementos para uma análise da decisão de votar e de correlatos sócio-econômicos, informacionais e ideológicos, partidários. O caráter municipal das eleições era tido ainda como uma oportunidade de contrapor fatores puramente locais às preocupações mais amplas da política nacional. De acordo com os autores, o presidente Ernesto Geisel tentava dar um caráter plebiscitário às eleições de 1976. Para a presente pesquisa, esses estudos, mesmo não tendo a satisfação do eleitor com a gestão municipal como foco principal, mostram como o morador dessas cidades médias se comportou diante da satisfação tanto com o poder local quanto com a política nacional. Como o sistema era bipartidário, o resultado das urnas pode significar uma resposta ao grau de aprovação com o regime ou a vontade de mudança, tanto em nível local como reflexo da política nacional.

Em Presidente Prudente, eleição analisada por Bolívar Lamounier, o MDB havia saído vitorioso em 1974 (eleições para a Assembléia Estadual e Senado), porém, em 1976, perde para a ARENA no pleito local. Nenhum dos candidatos (dois candidatos da ARENA, sendo um claramente situacionista, e três oposicionistas do MDB) apresentou uma plataforma ou um diagnóstico a respeito dos problemas do município distinto do outro. Todos falavam da necessidade de atrair indústrias, situando aí o problema local de empregos. Todos se referiam à precariedade dos serviços municipais, como conservação de ruas, água, esgoto e iluminação. O discurso dos emedebistas não chegava a ameaçar a ARENA e com

isso quem ganha espaço é o empresário Paulo Constantino, que entra em setembro na disputa pela ARENA, e se apresenta como o elemento “modernizador”.

Os dados do survey realizado em Presidente Prudente sugerem que a ARENA ganharia votos se explorasse mais o apoio dos governos do estado e federal, respectivamente com 68% e 62% de aprovação da opinião pública naquele momento. Mas, do ponto de vista de Constantino, essa associação poderia trazer votos para a legenda, mas não necessariamente para ele.

Lamounier conclui que a vitória de Constantino deve-se a sua capacidade de reter para si a quase totalidade dos votos arenistas e ao mesmo tempo conseguir penetrar nos votos opositoristas. O que contou nesse município foi a boa construção da imagem de Constantino como o candidato modernizante, que conseguiu neutralizar a diferenciação expressa no survey das clivagens sociais. Para fechar a análise no efeito da avaliação da gestão municipal na decisão do voto, a pesquisa pergunta ao eleitor sobre a qualidade que percebem do serviço público (água, esgoto, escola, atendimento médico). Os dados encontrados por Lamounier apontam que o percentual de arenistas – eleitores situacionistas - declina sistematicamente se comparados o grupo de moradores que acham os serviços municipais ótimos ou regulares com o grupo daqueles que julgam os serviços como ruim ou péssimo. Até neste momento, tal como era de se esperar, tem-se a atitude de “eleitor juiz” (1978, p.61).

Olavo Brasil de Lima Jr. fez a análise da disputa municipal em Niterói no ano de 1976. Neste município, ARENA e MDB lançaram três candidatos a prefeito por suas legendas. O candidato vitorioso foi Moreira Franco do MDB com o seu discurso de “Vamos arrumar Niterói”. Ao analisar o impacto das variáveis socio-demográficas no voto, Lima Jr. identificou que, considerando o voto para prefeito, quanto mais alta a posição do entrevistado na ocupação profissional e maior a sua renda familiar, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA, mas quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o entrevistado votar no partido de oposição. (1978, p.114)

Seguindo o roteiro presente nos quatro artigos da coletânea, foi analisada a avaliação dos governos municipal, estadual e federal e o seu efeito no voto. Sobre a administração local, foi possível verificar uma forte insatisfação com a gestão dos serviços públicos municipais (água, luz, esgoto, transporte, etc) e que tal percepção influenciou a decisão do voto.



A avaliação do governo estadual e do municipal discrimina o eleitorado dos partidos, no sentido de que quanto pior a avaliação feita, maior a probabilidade de o eleitor preferir o partido de oposição (MDB), tendência igualmente observada na avaliação do governo federal. (1978, p. 131)

Helgio Trindade e Judson de Cew fazem a avaliação das eleições de 1976 em Caxias do Sul (RS). Os temas abordados pela ARENA em 1976 seguiram uma vinculação entre o governo federal e as esferas municipais. Inclusive questões locais, como esgoto, luz, ruas e calçamento, casas populares, transporte, iluminação pública, escolas, creches, entre outros, trazem essa vinculação. As opiniões dos eleitores sobre o governo, os problemas sócio-econômicos, questões gerais ligadas à política são integradas com a identificação partidária. Ou seja, o emedebista tende a votar no candidato emedebista não somente por ser do seu partido, mas pelo fato de que esta escolha combina com as orientações dessa pessoa em relação aos problemas. Mas existe uma boa parcela de independentes, ou seja, que não possuem identificação partidária, e para esses, outros elementos contribuem para sua escolha de voto. Os problemas econômicos-sociais figuram em primeiro lugar, seguido pelo custo de vida. A opinião sobre o governo aparece em terceiro lugar. Esse grupo constituía-se em uma massa eleitoral potencial para os dois partidos, o fiel da balança, e foi a direção dos independentes que gerou o equilíbrio na disputa entre ARENA e MDB em Caxias.

O contexto eleitoral favoreceu o MDB. Como partido no poder em todos os níveis (prefeitura, governo do estado e presidência), a ARENA dificilmente escapava do ônus político da insatisfação reativa a problemas existentes. “Se havia insatisfação com a inflação ou com o atendimento pelo INPS, com a situação habitacional ou com a qualidade do policiamento em Caxias, esta insatisfação deveria recair sobre o partido governamental e ter consequências favoráveis ao MDB (...)” (TRINDADE, CEW, 1978, p. 204).

Fábio Wanderley Reis analisa a eleição em Juiz de Fora em 1976. A vitória do MDB em certos estados e nos grandes centros e o domínio da ARENA nos municípios do interior era um quadro previsto. Neste município, o MDB teve predomínio de dez anos (1966-1976). Em 1976, porém, a ARENA venceu as eleições municipais.

Reis analisou as questões políticas mais gerais e nacionais e constatou que houve fraca correlação entre estas com a identificação partidária em Juiz de Fora. Já os serviços locais foram considerados, de modo geral, por todas as classes sociais, no mínimo regulares, com um clima de opinião no qual predominavam as avaliações favoráveis. Contudo, o padrão se modifica quando diz respeito à avaliação da qualidade do serviço de saúde

disponível nos bairros. Tal avaliação negativa cresce também com os níveis crescentes de renda, o que torna esse item singular.

A responsabilidade devida ao poder local por um problema tão sensível, como o serviço de saúde revela que os indivíduos de classes baixa e média estariam insatisfeitos, mas mostra que os entrevistados das camadas mais altas também relacionam sua opinião sobre o problema da assistência médica com o voto, tendendo a votar no MDB quando satisfeitos e na ARENA quando insatisfeitos.

O desgaste dos dez anos de administração é demonstrado quando se verifica, pela pesquisa, que o MDB não conta com a maioria sequer relativa das preferências em nenhuma das categorias de renda familiar e na faixa etária. O autor conclui que não é possível concordar com a hipótese de que os setores populares do eleitorado urbano brasileiro formam uma massa amorfa e manipulável. Manifestou-se, em 1976, de forma autônoma diante de diagnósticos feitos da administração municipal, a ponto de tornar um fator importante na definição do voto o serviço de saúde municipal considerada deficitária. Nos quatro casos, Presidente Prudente, Niterói, Caxias do Sul e Juiz de Fora, a taxa de satisfação com a gestão foi um importante preditor do voto.

Em outro contexto, já com sistema multipartidário e eleições livres, Gláucio Ary Dillon Soares (2000) analisa nas eleições de 1998 a satisfação do eleitor com os últimos governadores do Distrito Federal. Apesar de ser considerado um ente da Federação, o trabalho de Soares é referido nesse artigo como uma pesquisa de poder local por se tratar de uma unidade administrativa singular, com atribuições específicas de gestão municipal, como trânsito, educação e transporte. Comparando as administrações de Joaquim Roriz (1991-1995) e Cristovam Buarque (1995-1999), foi possível perceber que há áreas, como habitação, educação e trânsito, nas quais a grande maioria dos eleitores se define por um ou outro candidato, mas em outras, como emprego e renda, funcionários públicos e segurança pública, a população não parece estar satisfeita com nenhum dos dois governadores, abrindo espaço para outros candidatos.

A pesquisa revelou que a população brasiliense apresentou um alto grau de coerência entre a avaliação das políticas públicas e a intenção de voto.

Não é o que seria de esperar se a teoria de que os brasileiros votam na base de apelos pessoais de cunho irracional fosse válida, nem se os eleitores respondessem apenas ao carisma do candidato, de forma irracional, sem base avaliativa. Se não

relacionassem as políticas públicas ao voto, não haveria associação entre as avaliações e a intenção de voto (2000, p. 14).

As eleições municipais de 2000 são tema do livro *Estratégia, Mídia e Voto* (SILVEIRA, 2002), que analisa a campanha e o resultado em oito capitais brasileiras. Apesar das especificações de cada cidade, um ponto em comum é a tendência à bipolarização da campanha e o caráter plebiscitário, acentuado pelo mecanismo de eleição em dois turnos e possibilidade de reeleição, instituída em 1997. Na maior capital do país, São Paulo, o então prefeito Celso Pitta (PP) era associado ao tradicional político Paulo Maluf (PPB), ex-prefeito e então candidato a prefeito. A marca daquela eleição foi o antimalufismo, ou seja, a rejeição a Paulo Maluf, agravada com a insatisfação com a gestão de Celso Pitta. O resultado foi a mudança da prefeitura das mãos do grupo Pitta/Maluf para o Partido dos Trabalhadores (PT).

A majoritária avaliação negativa da gestão de Celso Pitta parece ter exercido o papel de patamar comum no mapa de orientação dos eleitores. (CHAIA et al., 2002, p. 45).

No Rio de Janeiro, apesar da disputa direta entre o ex-prefeito César Maia Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o então prefeito Luiz Paulo Conde Partido da Frente Liberal (PFL), os dois tiveram dificuldade para demonstrar suas diferenças, já que Conde foi indicado por César Maia nas eleições anteriores, ainda como seu secretário de urbanismo na gestão 1992-1996. Rompidos em 2000, os dois disputavam a autoria de projetos, tentando angariar o alto índice de aprovação da gestão da qual os dois faziam parte. O eleitor carioca parecia satisfeito com a situação da cidade, mesmo identificando carências nos serviços públicos. Os principais problemas apontados – segundo pesquisa Vox Populi (2000) – eram a criminalidade (32%), e o atendimento nos hospitais e postos de saúde (23%). Apesar dessas deficiências, a gestão de Conde era bem avaliada no momento pré-eleitoral, com 40% de respostas positivas sobre a imagem do prefeito. “Os eleitores insatisfeitos com o atual prefeito gostariam de eleger um candidato menos preocupado com obras de infraestrutura e mais voltado para as questões sociais, como saúde, educação e segurança” (FIGUEIREDO, VEIGA, ALDÉ, 2002, p. 54). Conde e Cesar Maia foram para a disputa do segundo turno, com a vitória de César, por uma diferença de 2,2 pontos percentuais.

Em Belo Horizonte, os adversários do prefeito Célio de Castro (PSB) não colocavam na disputa um projeto antagônico ao apresentado pela administração. A oposição

oferecia possibilidades de avanços e não de mudanças. Diante disso, os eleitores optaram por ficar o projeto que conheciam, rejeitando os riscos de troca de governo. Célio não assumiu a condição de franco favorito porque, até o início da campanha, tinha um percentual de intenções voto parecido com de seus principais adversários. Durante a campanha, conseguiu aumentar a diferença de intenção de voto (25% até julho, 38% em setembro) e diminuir a rejeição (de 33% para 28% no primeiro turno) – de acordo com Fonte Pesquisa e Análise (2000). “Pesou a favor de Célio o fato de ser prefeito e poder beneficiar-se do voto retrospectivo, já que sua administração era bem avaliada.” (CAMARGO, 2002, p. 104).

Da mesma forma, em Porto Alegre a administração petista, em 2000 completando 12 anos, era considerada positiva, com 9,17% de respostas ótima e 41,8% de respostas de uma boa administração. As taxas eram superiores à avaliação positiva do governo do estado, administrado pela oposição ao PT na prefeitura da capital. O resultado foi que o PT permaneceu na administração de Porto Alegre por mais quatro anos (SILVEIRA, 2002). Em Salvador (RUBIM, 2002), Goiânia (PAIVA, KRAUSE, 2002) e Curitiba (CERVI, FUKS, 2002), também é possível relacionar os índices de satisfação com o prefeito e a rejeição dele e do principal adversário para explicar o resultado das eleições. Em Salvador, Antônio Imbassahy (PFL) tem 63% de aprovação de sua gestão um mês antes da eleição e uma média de 50 pontos percentuais de intenção de voto durante toda a campanha, de acordo com pesquisa Datafolha. Além disso, consegue baixar a rejeição ao seu nome durante a campanha, de 27% em junho para 15% em setembro. Já seu principal adversário, Nelson Pelegrino (PT), termina a campanha com rejeição de 29%.

Em Goiânia, apesar de os dois principais candidatos em disputa não serem de situação, também se verifica a importância do índice de rejeição. O candidato que apresentou o menor índice de rejeição, Pedro Wilson (PT), foi para a disputa com o que apresentou o maior índice de rejeição, Darci Accorsi (PTB). No segundo turno, Wilson tinha 18% de rejeição e Accorsi 45%. Entraram na disputa de segundo turno com diferença de um pouco mais de 6 pontos percentuais. “Assim, diante desse quadro de menor rejeição e liderança nas pesquisas, não causou surpresa a vitória de Pedro Wilson no segundo turno das eleições” (PAIVA, KRAUSE, 2002, p. 244).

Em Curitiba, o alto índice de aprovação da gestão municipal – 71,4% no primeiro semestre de 2000 – não se converteu integralmente em intenções de voto para o prefeito Cássio Taniguchi (PFL), que em maio tinha 42% das intenções de voto, segundo Datafolha, chegando em outubro com 43%. Taniguchi tinha 21% de rejeição nesse mesmo período

(Ibope/setembro). No segundo turno, Taniguchi consegue diminuir sua rejeição e vence as eleições por uma pequena margem de 3 pontos percentuais (CERVI, FUKS, 2002).

Já sobre a disputa de 2008, Helcimara Telles (2009) investiga como as estratégias de campanha eleitoral televisiva – para o pleito municipal – constituem um fator de influência no resultado das eleições, além de outros fatores. Entende que a campanha política emerge como uma instância organizadora de informações, fornecendo ao eleitor dados sobre os candidatos e adversários, permitindo a construção da imagem, agenda e propostas políticas. “A função da campanha eleitoral consiste em promover a articulação do conhecimento adquirido pelo eleitor sobre a política e o governo, orientando a decisão do voto.” (TELLES, 2009).

Os eleitores podem distinguir seus problemas individuais daqueles que são provocados pelo governo. Podem observar as diferentes esferas de poder e responsabilizar os distintos níveis de governo pelas dificuldades que enfrentam. Podem separar a situação atual das perspectivas sobre o futuro. Por isso, o caminho percorrido até o voto é complexo. A escolha racional não depende de o eleitor possuir informação completa e sim da capacidade do eleitor de prever o resultado de uma decisão. Além disso, essas pessoas, mesmo não tendo todas as informações necessárias, as substituem por conselhos que diminuem os custos da aquisição de conhecimento. “Por outro lado, as instituições têm um papel relevante, pois elas podem orientar os indivíduos na seleção entre os conselhos a serem seguidos e os que devem ser descartados” (TELLES, 2009, p. 146).

Afinado com a teoria institucional da escolha política, André Marengo (2009) traz a discussão sobre as regras e a configuração da disputa eleitoral. Afirma que não se deve negligenciar as diferenças na competição eleitoral em dois turnos. As eleições majoritárias em dois turnos geram uma competição eleitoral própria, com maior importância para a montagem de uma coalizão de partidos em torno de uma candidatura majoritária. Para o autor, nessa competição, o tamanho dos partidos e coalizões eleitorais são fatores importantes na competição durante o primeiro turno, enquanto a avaliação positiva do desempenho governamental pode ser a variável explicativa relevante para o resultado final da competição.

Sob condições de fragmentação eleitoral e elevado número de candidaturas (...), o desafio posto em um primeiro turno consiste em obter a classificação para a disputa final entre os dois candidatos mais votados. Uma condição que favorece a conquista

desse objetivo reside na força eleitoral dos partidos que compõe a coalizão de cada candidato” (MARENCO, 2009, p. 69).

O voto majoritário, de acordo com o autor, é o resultado de uma série de fatores, como imagem do candidato, avaliação do desempenho governamental, maior ou menor rejeição. Em 2008, nas eleições majoritárias para Porto Alegre (RS), o governo de José Fogaça (PMDB) à frente da prefeitura de Porto Alegre, era considerado ótimo/bom por 25% dos entrevistados pelo Instituto Vox Populi (2008), em março. Enquanto que aqueles que julgavam a administração ruim/péssima, somavam 32%. No final do primeiro turno (27 de setembro), pesquisa Ibope apontou 46% de avaliação positiva para Fogaça, enquanto a avaliação negativa diminuiu para 20%. “Fogaça incidiu sobre a avaliação positiva de seu próprio governo, melhorando o julgamento feito pelos eleitores, ainda que até o final o eleitor mediano de Porto Alegre continuasse atribuindo-lhe o conceito “regular” (MARENCO, 2009, p. 79)”. As condições que levaram Fogaça à reeleição, de acordo com Marengo foram, além de conseguir melhorar a avaliação do seu governo durante a campanha, a falta de uma competição comparativa feita pelo PT, que perdeu as eleições de 2004 em função do desgaste do partido pelos 16 anos de administração da capital gaúcha. “Em 2008 o PT abriu mão dos trunfos de uma comparação retrospectiva, sujeitando-se aos termos e enquadramento propostos por Fogaça” (MARENCO, 2009, p. 80).

Os trabalhos apresentados nesta revisão teórica tratam sobre o peso da satisfação com a gestão nas disputas locais e em sua maioria apontam para uma racionalidade entre avaliação positiva da administração e voto na situação – voto retrospectivo - e ainda uma racionalidade no que se refere ao voto prospectivo, depositando o voto no candidato menos rejeitado. A seguir, será analisado, pela teoria institucional da escolha política, o voto na reeleição dos prefeitos em oito capitais brasileiras.

## **2. Análise dos dados**

A fim de explicar a reeleição de prefeitos a luz da teoria institucional da escolha política, como abordamos anteriormente, nesta parte do artigo o objetivo será apresentar análises descritivas e de correlação entre o voto no prefeito (variável dependente) e satisfação com a gestão municipal, rejeição ao prefeito, rejeição ao principal adversário, tamanho da capilaridade da coligação do mandatário e tempo de televisão disponibilizado

para a coligação do prefeito (tidas como variáveis independentes) nos dois momentos em foco: no início e ao final do primeiro turno da disputa a partir dos bancos das oito capitais.

Por fim, serão apresentadas análises a partir de regressões binárias a fim de se verificar até que ponto a intenção de voto no prefeito dependia das variáveis em foco<sup>7</sup>.

### **2.1 Satisfação com a administração.**

De acordo com o proposto neste artigo, a avaliação positiva da administração deve ser um forte preditor do voto. Desta forma, devemos esperar que o voto no candidato prefeito esteja fortemente sustentado na avaliação positiva de sua gestão. Em um primeiro momento, serão apresentados dados descritivos, como as taxas de avaliação positiva das oito administrações analisadas em agosto e em setembro de 2008. Posteriormente, serão expostos os resultados dos cruzamentos entre avaliação positiva das administrações e intenção de voto nos prefeitos e, em seguida, a tabela com os resultados dos testes de significância e de correlação Spearman nos dois momentos. Com isto, o objetivo é identificar como ocorreu a distribuição do voto no prefeito ou em outro entre os eleitores satisfeitos com a gestão e qual a correlação entre as duas variáveis.

O diagnóstico será organizado de forma a contemplar sempre o total das oito capitais e de dois grupos: prefeito reeleitos no primeiro turno (dos municípios de Curitiba, Maceió, Goiânia e Fortaleza) e prefeitos reeleitos no segundo turno (das capitais São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis).

Do total das capitais, 69% dos eleitores estavam satisfeitos com a gestão municipal do então prefeito no momento inicial da disputa, atingindo a taxa de 71% ao final do primeiro turno. Três dos quatro reeleitos no primeiro turno iniciaram a campanha eleitoral já com avaliação positiva acima de 70% e conseguiram manter tal patamar no decorrer da campanha, não sendo fragilizados pelos eventuais ou frequentes ataques dos adversários ao longo da disputa. O quarto reeleito, exceção neste grupo foi Fortaleza. Nesta cidade a prefeita começou a disputa com apenas 37% de avaliação positiva de sua gestão entre os eleitores – taxa que representa a metade do desempenho positivo dos demais colegas de Curitiba, Maceió e Goiânia– ao longo da campanha, ela obteve um acréscimo de 14 pontos de avaliação positiva de sua gestão.

---

<sup>7</sup> As regressões binárias serão obtidas dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, voto no candidato prefeito - voto em outro. As respostas: não sabe, vota branco, vota nulo foram tratadas como missing.

Já os reeleitos no segundo turno iniciaram a disputa com a taxa de avaliação positiva fluando de 20% a 38% e conseguiram aumentar a mesma para o patamar de 26% a 50% ao longo do primeiro turno. É preciso constatar, no entanto, que os 51% de avaliação positiva com a gestão foi capaz de reeleger a prefeita Luizziane em Fortaleza, ainda no primeiro turno, ao mesmo tempo em que 50% de satisfação com a gestão não foi capaz de reeleger Dário Berger ainda no primeiro turno em Florianópolis.

**Tabela 02: Satisfação com a administração**

	Nome da capital	Grau de satisfação com a administração Agosto	Grau de satisfação com a administração Setembro
Total	Total	69%	71%
<b>Reeleitos primeiro turno</b>	Curitiba	77%	82%
	Maceió	76%	83%
	Goiânia	74%	73%
	Fortaleza	37%	51%
<b>Reeleitos segundo turno</b>	Florianópolis	35%	50%
	Porto Alegre	38%	44%
	São Paulo	32%	46%
	Salvador	20%	26%

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Em seguida, é feita a mensuração como a satisfação com a administração estava de fato vinculada com o voto no prefeito, o que se busca explicar neste artigo. De acordo com o marco teórico utilizado, haveria um forte laço entre as duas variáveis. Abaixo, a tabela 03 apresenta quantos dos eleitores que avaliavam bem a prefeitura demonstravam intenção de voto no mandatário e, em seguida, tem-se a tabela 04 com os resultados dos testes de significância e de correlação Spearman nos dois momentos.

Constata-se que o grupo de prefeitos reeleitos no primeiro turno não apenas contava com taxas mais altas de avaliação positiva da gestão do que os demais como também demonstrava mais sucesso em reverter a satisfação com a prefeitura em voto para o mandatário. O campeão neste quesito foi o prefeito de Maceió, que contava com uma das mais altas taxas de avaliação positiva de sua gestão (76 % em agosto e 83% em setembro) e



dentre os eleitores satisfeitos com a administração conseguia obter as mais altas taxas de conversão para o voto em si mesmo (93,7% em agosto e 94,5% em setembro).

No caso de Fortaleza – que se difere sempre das demais três cidades que tiveram o prefeito reeleito no primeiro turno – a prefeita obtinha ao final do primeiro turno a taxa de 51% de avaliação positiva, como já mencionamos, resultado muito próximo do obtido pelo prefeito de Florianópolis, 50%. No entanto, constata-se que Luiziane obtinha 80% das intenções de voto entre aqueles que avaliavam positivamente a sua gestão na véspera do pleito do primeiro turno, enquanto Dário Berger de Florianópolis obtinha 63,3%.

No que se refere aos prefeitos reeleitos no segundo turno, é verificável que, além de terem aumentado a taxa de avaliação positiva com a sua gestão entre os eleitores, fortaleceram o vínculo entre tal taxa e a intenção de voto no mandatário. Em São Paulo, em agosto, apenas 24,8% daqueles que avaliavam bem a gestão de Gilberto Kassab votavam no prefeito. Já em setembro, 43,8% dos satisfeitos com a gestão manifestavam intenção de votar em Kassab. Variações semelhantes foram encontradas no caso de Salvador e Florianópolis. Em Porto Alegre, já era verificável uma forte associação entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito desde o primeiro momento, 70% dos eleitores satisfeitos com a administração demonstravam intenção de voto no prefeito em agosto.

**Tabela 03 - Eleitores que avaliam de maneira positiva a gestão municipal X intenção de voto no prefeito**

		% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito Agosto	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito Agosto	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito Setembro	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito Setembro
<b>Reeleitos</b>	Total	74,2%	25,8%	73,8%	26,2%
<b>Reeleitos primeiro turno</b>	Curitiba	87,3%	12,7%	86,9%	13,1%
	Maceió	93,7%	6,3%	94,5%	5,5%
	Goiânia	90,3%	9,7%	86,6%	13,4%
	Fortaleza	62,8%	37,2%	80,0%	20,0%
<b>Reeleitos segundo turno</b>	Florianópolis	54,1%	45,9%	63,3%	36,7%
	Porto Alegre	70,8%	29,2%	68,5%	31,5%
	São Paulo	24,8%	75,2%	43,8%	56,2%
	Salvador	49,5%	50,5%	64,2%	35,8%

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008

A racionalidade do voto pode ser avaliada a partir da mensuração da consistência interna entre avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito, advinda do

cálculo de correlação entre as variáveis. Destaca-se que entre os prefeitos reeleitos no primeiro turno – e que contavam com mais de 70% de aprovação de sua gestão – o coeficiente de correlação variou em termos de 0,403 a 0,484, apontando para uma consistência interna de moderada a alta em agosto. A intenção de voto em Luiziane - prefeita de Fortaleza, também eleita no primeiro turno, mas que contava com um patamar mais baixo de aprovação de sua gestão do que os demais colegas, que saíram vitoriosos no primeiro turno - estava mais fortemente correlacionada com a avaliação positiva de sua gestão (0,610 em agosto e 0,490 em setembro). A intenção de voto em José Henrique – prefeito de Salvador - era aquela mais fortemente relacionada à satisfação com gestão, ao final do primeiro turno.

**Tabela 04 – Teste de Correlação – intenção de voto no prefeito  
x  
Eleitores que avaliam positivamente a gestão municipal**

		Agosto		Setembro	
		Sig.	Spearman Correlation	Sig.	Spearman Correlation
<b>Total</b>	Capitais	0,000	0,618	0,000	0,517
<b>Reeleitos primeiro turno</b>	Curitiba	0,000	0,403	0,000	0,434
	Maceió	0,000	0,484	0,000	0,343
	Goiânia	0,000	0,443	0,000	0,457
	Fortaleza	0,000	0,610	0,000	0,490,
<b>Reeleitos segundo turno</b>	Florianópolis	0,000	0,533	0,000	0,499
	Porto Alegre	0,000	0,684	0,000	0,605
	São Paulo	0,000	0,354	0,000	0,375
	Salvador	0,000	0,363	0,000	0,679

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com a teoria utilizada neste artigo, a expectativa é que os eleitores ajam como “juízes”, votando na situação quando satisfeitos com a administração. Porém, alguns desses eleitores poderiam, mesmo avaliando de maneira positiva a gestão, ainda assim votarem na oposição. Da mesma forma que um eleitor insatisfeito poderia votar no candidato prefeito. Neste caso, a explicação para o voto não estaria baseada apenas na avaliação retrospectiva realizada pelo eleitor, mas também em sua avaliação prospectiva. Ao vislumbrar o mundo futuro, a rejeição aos candidatos teria um papel importante. O eleitor votaria no candidato que não rejeita ou rejeita menos. Desta

forma, se faz necessário ainda avaliar a taxa de rejeição ao prefeito e a taxa de rejeição ao seu principal adversário.

## 2.2 A Rejeição do Prefeito e a de seu Principal Adversário.

Novamente, em um primeiro momento serão apresentados dados descritivos, com informações sobre as taxas de rejeição do prefeito e de seu principal adversário nas oito administrações analisadas em agosto e setembro de 2008.

Sobre o grupo de prefeitos reeleitos no primeiro turno, constata-se que os mandatários de Curitiba, Maceió e Goiânia mais uma vez são os que apresentam os melhores desempenhos também no que se refere à imagem pessoal, pois os três possuem as mais baixas taxas de rejeição do conjunto nos dois momentos. Ademais são os que possuem mais vantagem no comparativo de sua taxa de rejeição com a do principal adversário (Tabela 05).

**Tabela 05 – Rejeição ao prefeito, rejeição ao seu principal adversário e saldo de rejeição nas oitos capitais.**

	Nome da capital	Rejeição Prefeito Agosto	Rejeição Adversário Agosto	Saldo Rejeição Agosto	Rejeição Prefeito Setembro	Rejeição Adversário Setembro	Saldo Rejeição Setembro
	Total	17%	16%	1 %	16%	20%	-4%
<b>Reeleitos primeiro turno</b>	Curitiba	7%	20%	-13%	7%	22%	- 15%
	Maceió	6%	39%	- 33%	8%	41%	- 33%
	Goiânia	12%	33%	-11%	14%	31%	- 17%
	Fortaleza	23%	15%	8%	14%	18%	- 4%
<b>Reeleitos segundo turno</b>	Florianópolis	29%	25%	4%	26%	28%	- 2%
	Porto Alegre	27%	18%	9%	23%	16%	7%
	São Paulo	27%	27%	0%	24%	32%	- 8%
	Salvador	39%	25%	14%	18 %	6%	12%

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

O caso da prefeita de Fortaleza mais uma vez merece ser analisado separadamente. Luiziane iniciou a campanha com números que a aproximavam mais dos candidatos que poderiam ser reeleitos no segundo turno, mas ao longo do primeiro turno conseguiu avançar em todos os quesitos típicos da corrente de explicação do voto satisfacionista, aproximando-se dos desempenhos dos candidatos que venceram no primeiro turno e obtendo o mesmo resultado. A avaliação positiva com a gestão cresceu em 14 pontos no período analisado, o número de eleitores com avaliação positiva da administração e que votavam em Luiziane

avançou atingindo o patamar de 80% e a rejeição da prefeita foi reduzida de 23% para 14% , enquanto a rejeição ao seu adversário subiu de 15 para 18% entre os eleitores.

Já o grupo de prefeitos reeleitos no segundo turno inicia a disputa com taxa de rejeição próxima de 27% como é o caso do desempenho de Gilberto Kassab (São Paulo), José Fogaça (Porto Alegre) e Dário Berger (Florianópolis). No entanto, tal taxa chegava a 39% no caso de José Henrique, em Salvador. No decorrer do primeiro turno, os prefeitos de São Paulo e de Florianópolis reduziram a sua rejeição a ponto de chegarem a uma situação de vantagem em relação ao desempenho de seus principais adversários neste quesito em final de setembro. Já os prefeitos de Porto Alegre e de Salvador permaneceram com taxas de rejeição maiores do que as de seus principais desafiantes.

As tabelas abaixo buscam identificar, primeiramente, o número de eleitores que rejeitavam o principal adversário do prefeito – definido aqui como aquele que obteve o segundo lugar da disputa ao final do primeiro turno - e votavam na reeleição do mandatário em agosto e em setembro (Tabela 06). Cabe notar que os prefeitos que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno foram mais capazes de angariar os eleitores que rejeitavam o seu principal adversário do que os demais.

**Tabela 06: Rejeição ao principal adversário X intenção de voto no prefeito**

		% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito
		Agosto	Agosto	Setembro	Setembro
	Total	71,1%	28,9%	71,2%	28,8%
<b>Reeleitos primeiro turno</b>	Curitiba	97,6%	2,4%	98,4%	1,6%
	Maceió	97,6%	2,4%	96,4%	3,6%
	Goiânia	95,5%	4,5%	97,1%	2,9%
	Fortaleza	75,0%	25,0%	84,2%	15,8%
<b>Reeleitos segundo turno</b>	Florianópolis	54,9%	45,1%	53,4%	46,6%
	Porto Alegre	71,2%	28,8%	60,7%	39,3
	São Paulo	20,1%	79,9%	43,8%	56,2%
	Salvador	18,6%	81,4%	20,0%	80,0%

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

José Henrique – prefeito de Salvador - encontrou dificuldades de conseguir votos entre aqueles que rejeitavam o seu principal adversário, como mostra a tabela anterior. No entanto, o candidato foi capaz de canalizar 60% das intenções de voto entre os eleitores que rejeitavam o candidato em terceiro lugar na disputa da capital da Bahia, Antônio Carlos Neto.

Nota-se que a correlação entre as duas variáveis – rejeição ao principal adversário e intenção de voto no mandatário - é mais fraca em todos os casos do que o cálculo da correlação entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito. Em Fortaleza, a rejeição ao principal adversário parece ter sido um pouco mais importante para a intenção de voto nos candidatos prefeitos do que nas demais cidades (Tabela 07).

**Tabela 07 - Teste de Correlação**  
**Eleitores que rejeitam o principal adversário do prefeito X**  
**intenção de voto no prefeito**

		Agosto		Setembro	
		Sig.	Spearman Correlation	Sig.	Spearman Correlation
	Total	0,000	0,272	0,000	0,230
Reeleitos primeiro turno	Curitiba	0,000	0,248	0,000	0,256
	Maceió	0,000	0,212	0,000	0,184
	Goiânia	0,000	0,226	0,000	0,272
	Fortaleza	0,000	0,379	0,000	0,335
Reeleitos segundo turno	Florianópolis	0,000	0,281	0,000	0,146
	Porto Alegre	0,000	0,251	0,000	0,178
	São Paulo	0,000	0,193	0,000	0,204
	Salvador	0,909 (n.s)	-	0,000	-0,024

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

### **2.3 As configurações das disputas políticas eleitorais: tamanho das coligações em torno do candidato prefeito, capilaridade e tempo de propaganda de TV.**

Neste momento do estudo, deixamos para traz a ênfase no que estamos chamando de mecanismos internos utilizados pelo eleitor na decisão do voto. Ao identificarmos a correlação da satisfação com a gestão do prefeito, da taxa de sua rejeição e a da taxa de rejeição ao seu principal adversário com a intenção de voto no mandatário nas oito capitais estudadas, buscamos apresentar a nossa contribuição para a análise dos mecanismos internos da decisão. O uso de tais variáveis se explica pela tendência desta teoria, ao estudar os mecanismos internos, de buscar a fusão entre os princípios da teoria da racionalidade e da

corrente psicológica do voto, nas quais satisfação com a gestão e imagem/rejeição dos candidatos ganham forte ênfase.

Agora, a fim de entendermos os mecanismos externos da decisão, ou seja, a configuração do jogo eleitoral, o nosso foco passa ser verificar o quanto os partidos dos prefeitos foram capazes de, através de coligações, aumentar a sua capilaridade e tempo de televisão do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) --, considerados aqui atributos capazes de denotar força para as candidaturas. E ainda avaliar, o peso de tais configurações do jogo na decisão do voto do eleitor pelo prefeito.

A partir dos dados descritivos apresentados na tabela 10, podemos verificar que os prefeitos com sua gestão bem avaliada no momento que antecede à campanha tendem a formar coligações mais fortes – que podem ser medidas pelo tamanho de sua capilaridade – e dispõem de mais tempo de televisão. A capilaridade está sendo mensurada neste trabalho pela porcentagem de eleitos para a Câmara dos Vereadores em 2004 pelos partidos que fizeram parte da coligação para prefeito em 2008. Ou seja, a capilaridade da candidatura do prefeito está associada ao número de vereadores eleitos e, conseqüentemente, ao número de votos que os partidos desta coligação conseguiram levantar no pleito legislativo anterior.

Os prefeitos de Curitiba, Maceió e Goiânia – sendo muito bem avaliados no momento anterior ao pleito de 2008 – conseguiram fazer coligações que asseguraram desde o primeiro momento as mais altas taxas de capilaridade e mais tempo de horário eleitoral do que os seus pares via coligações. Destaca-se, no entanto, que a prefeita de Fortaleza – também vencedora no primeiro turno – conseguiu 60,98% de taxa de capilaridade, a despeito de iniciar a disputa com 37% de avaliação positiva com sua gestão. Para esse caso havia ainda uma forte associação dos governos federal, estadual e local. Luiziane era do partido do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Obteve ainda, em decorrência da ampla aliança fechada com 12 partidos, 34% do tempo de televisão. Com esta articulação, Luiziane obteve praticamente o dobro de tempo de propaganda de TV de seus principais adversários Patrícia Saboya (PDT) e Moroni (DEM).

Entre os candidatos prefeitos que disputaram à reeleição no segundo turno, destacam-se os baixos desempenhos dos mandatários de Florianópolis e de São Paulo em conseguirem formar coligações de maneira mais ampla. No caso de São Paulo, é preciso ressaltar que os números oficiais não refletiam a realidade da disputa da prefeitura. No referido pleito, tal como vastamente noticiado na imprensa nacional, o governador José Serra (PSDB) agiu nos bastidores para alavancar apoio para a reeleição do prefeito, Gilberto Kassab (DEM), ainda que o PSDB tivesse um candidato próprio - Geraldo Alckmin. Os prefeitos de Porto Alegre e

de Salvador contaram com aproximadamente 40% de capilaridade, demonstrando em ambos os casos relativa força na política local, que certamente foram acrescidas no segundo turno e indispensáveis para a superação e vitória dos mesmos.

**Tabela 10 – Avaliação positiva com a gestão, capilaridade e tempo de televisão na campanha do prefeito candidato.**

	Capital	Avaliação positiva da administração	Nº de partidos coligação prefeito	Capilaridade (% do total)	Tempo de HGPE em segundos	% geral do total HGPE
Total	Brasil	69%	10 (média)	42,97% (média)	568,875 s (média)	30,25% (média)
<b>Reeleitos primeiro turno</b>	Curitiba	77%	11	65,79%	706 s	37 %
	Maceió	76%	16	61,90%	565 s	30%
	Goiânia	74%	14	42,86%	739 s	40%
	Fortaleza	37%	12	60,98%	609s	34%
<b>Reeleitos segundo turno</b>	Florianópolis	35%	8	12,50%	448s	24%
	Porto Alegre	38%	4	38,89%	393 s	20%
	São Paulo	32%	6	21,82%	524 s	27%
	Salvador	26%	9	39,02%	567s	30%

Fontes: TSE e Banco de dados Ibope - 2008

Ao analisarmos o conjunto das oito capitais, foi possível perceber que os testes de correlação mostraram-se estatisticamente significantes e com média associação entre a variável dependente intenção de voto no prefeito e a capilaridade do prefeito em agosto (Sperman 0,449, sig 0,000) e em setembro (Sperman 0,343, sig 0,000). Isto é, quanto maior a capilaridade da candidatura do mandatário em uma determinada capital, maior a taxa de intenção de voto no próprio candidato prefeito. O mesmo ocorreu com a variável tempo de TV, que ao ser submetida à análise de correlação, o teste mostrou-se estatisticamente significativo em agosto (Sperman 0,345, sig 0,000) e em setembro (Sperman 0,269, sig 0,000).

Para sistematizarmos o que foi discutido até agora, apresentamos a tabela abaixo em que podemos observar a correlação das cinco variáveis independentes em análise neste estudo com a intenção de voto no prefeito no total das oito capitais em questão. Verifica-se que os vínculos mais fortes se dão entre a avaliação da administração e voto no prefeito, tanto em agosto (Spearman ,618, sig 0,000) quanto em setembro (Spearman 0, 517, sig 0,000). Na sequência, constata-se a forte correlação entre a capilaridade da coligação da

candidatura do prefeito no momento inicial da disputa (Spearman 0, 449, sig 0,000) e a intenção de voto no mesmo.

**Tabela 11 - Testes de Correlação**  
**Variável dependente: Intenção de voto no prefeito**

<b>Variáveis independentes</b>	<b>Agosto correlação spearman</b>	<b>Sig</b>	<b>Setembro correlação spearman</b>	<b>Sig</b>
Avaliação da administração municipal	0,618	0,000	0,517	0,000
Rejeição ao prefeito	-0,429	0,000	-0,411	0,000
Rejeição ao principal adversário do prefeito	0,272	0,000	0,23	0,000
Capilaridade da coligação da candidatura do prefeito	0,449	0,000	0,343	0,000
Tempo de televisão da coligação do prefeito	0,345	0,000	0,269	0,000

Fontes: TSE e Banco de dados Ibope - 2008

Por fim, foram feitas regressões binárias para verificar até que ponto a intenção de voto no prefeito poderia ser explicada ou predita pelas variáveis em teste. As regressões foram obtidas dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, no caso da variável intenção de voto no prefeito, voto no candidato prefeito- voto em outro.

Elaboramos a análise de regressão considerando no modelo o que estamos chamando de mecanismos internos e externos, abordando para isto as variáveis independentes já anteriormente trabalhadas nas correlações: avaliação da administração municipal (avaliação positiva ou avaliação negativa), rejeição ao prefeito (rejeita prefeito, não rejeita prefeito), rejeição ao principal adversário (rejeita principal adversário, não rejeita principal adversário), tamanho da capilaridade da candidatura do prefeito (% em relação ao total de candidaturas no municípios e tempo de televisão destinado à candidatura do prefeito (% em relação ao total do tempo destinado as candidaturas). Neste caso, a análise contempla o grupo das oito capitais em foco. Registra-se que o modelo será aplicado para os dois momentos estudados: início de agosto e final de setembro. Constata-se que a regressão apresentou um bom ajuste dos dados ao modelo (sig de Omnibus para ambas as regressões de 0,000) nas duas situações.

A tabela a seguir apresenta que a avaliação da administração municipal (sig. 0,000), a rejeição ao principal adversário (sig.0,000), o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito (sig. 0,000) eram capazes de explicar o voto no mandatário em início de agosto. E que as mesmas, e também a rejeição ao prefeito (sig.0,000) e o tempo de propaganda na televisão (sig.0,000), explicam o voto no mandatário em setembro. Avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 20,43 vezes as chances de se votar no candidato



prefeito em agosto e em 11,63 vezes de se adotar tal postura para o voto em setembro. Já rejeitar o principal adversário do prefeito aumentava em 0,88 vezes as chances de votar no mandatário em agosto e em 1,217 vezes em setembro. Agregar mais 1% o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito em relação ao todo das coligações em disputa no município aumentava em 0,049 vezes as chances de votar no prefeito em agosto e em 0,40 vezes, em setembro. Agregar 1% o tempo de televisão da coligação do candidato prefeito, aumentava em 0,017 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 0,31 vezes, em setembro.

**Tabela 12 – Testes de Regressão Binária**  
**Variável dependente: Intenção de voto no prefeito**

		B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
	Variáveis independentes	AGOSTO			SETEMBRO		
Step 1 <sup>a</sup>	Avaliação positiva da administração municipal	3,065	,000	21,435	2,536	,000	12,632
	Rejeição prefeito	-20,153	,991	,000	-3,283	,000	,038
	Rejeição principal adversário	,631	,000	1,880	,796	,000	2,217
	Capilaridade coligação do prefeito	,048	,000	1,049	,039	,000	1,040
	Tempo de HGPE prefeito	,017	,061	1,017	,030	,000	1,031
	Constant	-4,697	,000	,009	-4,034	,000	,018

Fontes: TSE e Banco de dados Ibope - 2008

## Conclusões

Com este artigo buscamos analisar o voto na reeleição de prefeitos tendo como evidência oito capitais brasileiras – em que os mandatários foram reconduzidos ao cargo - na disputa municipal de 2008. Parte-se do pressuposto definido pela teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN, P. e LEVENDUSCKY, 2009), de acordo com o qual os eleitores elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Decorre daí a necessidade de se focar em dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos.

A fim de analisarmos o efeito dos mecanismos internos utilizados pelo eleitor na decisão do voto, buscamos identificar a correlação da intenção de voto no mandatário com a

avaliação da administração municipal, a taxa de rejeição ao prefeito e a taxa de rejeição ao seu principal adversário nas oito capitais estudadas.

Já para estudarmos os mecanismos externos, sobre a configuração do jogo eleitoral, buscamos verificar como os partidos dos prefeitos foram capazes de formar coligações que lhes tenham proporcionado o aumento da capilaridade e do tempo de televisão no HGPE. Buscamos ainda identificar o peso de tais aspectos na decisão do voto no prefeito.

Neste estudo foram utilizados bancos de dados realizados em oito capitais brasileiras: Curitiba, Maceió, Goiânia, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Florianópolis. Nas quatro primeiras capitais, os mandatários foram reeleitos ainda no primeiro turno e nas demais os prefeitos foram reconduzidos ao cargo após vencerem o segundo turno da disputa. Os dados sobre a capilaridade da coligação do prefeito e do tempo de televisão foram retiradas do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os resultados apontam para a importância da configuração do jogo político na decisão do voto no prefeito. Quanto maior o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito e do tempo de propaganda na televisão que ele dispõe, maiores são as chances dos eleitores votarem pela sua reeleição. Verifica-se ainda que a variável tamanho da capilaridade da coligação do prefeito em agosto (Spearman 0,449) apresenta uma das mais altas taxas de correlação com a intenção de voto no mandatário dentre os aspectos analisados, sendo superada apenas pela força da correlação do voto no prefeito com a avaliação positiva da administração (Spearman 0,618, em agosto; e Spearman 0,517, em setembro).

Constata-se que os prefeitos de capitais que conseguiram reunir em torno de sua candidatura coligações com mais capilaridade e mais tempo de propaganda em televisão foram aqueles que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno. Os prefeitos de Curitiba, Maceió, Fortaleza e Goiânia foram aqueles que reuniram ao seu redor coligações com maiores taxas de capilaridade em seus municípios: 65,79%, 61,90%, 60,98% e 42,86% respectivamente. Foram também estes que conseguiram obter – via suas coligações – as maiores porcentagens de tempo de televisão para a divulgação de suas propagandas: Goiânia (40%), Curitiba (37%), Fortaleza (34%) e Maceió (30%).

O teste da regressão binária veio confirmar a importância da configuração do jogo político na decisão do voto no prefeito. Constatou-se que, a cada 1% de aumento do tamanho da capilaridade da coligação do mandatário em relação ao todo das coligações em disputa no município aumentava em 0,049 vezes as chances de se votar no prefeito. Neste mesmo sentido, verificou-se que a cada 1% de aumento do tempo de televisão por parte da coligação

do candidato prefeito na disputa no município, aumentava em 0,017 vezes as chances de se votar no candidato prefeito.

Sobre o efeito dos mecanismos internos, verifica-se a partir dos testes, que há correlação estatisticamente significativa entre a intenção de voto no prefeito e a avaliação da administração municipal em agosto (0,618) e em setembro (Spearman 0,517) , a taxa de rejeição ao prefeito em agosto (Spearman -0,429) e setembro (Spearman -0,411) e a rejeição ao seu principal adversário em agosto (Spearman 0,272) e setembro (Spearman 0,130) nas oito capitais estudadas. Destaca-se a força da correlação entre avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito. A importância desta variável é reiterada mediante os resultados da regressão binária, que apontam que avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 20,43 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 11,63 vezes de se adotar tal postura para o voto em setembro.

Neste trabalho buscou-se avançar nos estudos sobre os determinantes do voto em prefeitos, ou seja, o voto em um cenário de reeleição no âmbito local. Pretendemos ainda – sem nos desprendermos dos principais fundamentos da teoria da racionalidade – apontar para a complexidade da decisão do voto no mandatário, estando esta condicionada inclusive pela configuração do jogo, pelos outros nomes que compõem as listas, suas imagens e a força de sua coligação.

**Resumo:** Busca-se analisar o voto na reeleição de prefeitos tendo como evidência oito capitais brasileiras – em que os mandatários foram reconduzidos ao cargo - na disputa municipal de 2008. Parte-se do pressuposto definido pela teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN, P. e LEVENDUSCKY, 2009), de acordo com o qual os eleitores elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Decorre daí a necessidade de se focar em dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos. Para a análise do efeito dos mecanismos internos utilizados pelo eleitor na decisão do voto, buscamos identificar a correlação da intenção de voto no mandatário com: a) a avaliação da administração municipal, b) a taxa de rejeição ao prefeito, e c) a taxa de rejeição ao seu principal adversário nas oito capitais estudadas. Já para estudarmos os mecanismos externos, sobre a configuração do jogo eleitoral, buscamos identificar a correlação entre intenção de voto no prefeito e: a) tamanho da capilaridade da coligação da candidatura do mandatário, e b) tempo no HGPE que o mesmo dispunha. De acordo com o teste de regressão binária, também utilizado, avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 20,43 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 11,63 vezes de se adotar tal postura para o voto em setembro. O peso das outras quatro variáveis independentes no voto para o prefeito também foram identificados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGOS, Malco. **Do bolso as urnas - A influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998**. Orientador: Marcus Faria Figueiredo. Dissertação (mestrado) – IUPERJ, 1999.

CAMARGOS, Malcon, Belo Horizonte: a manutenção do status quo, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 91- 120.

CERVI, E, FUKS, M, Curitiba: a disputa plebiscitária, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 263- 294.

CHAIA, Vera et al. São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 17 – 48.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do Voto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, M, VEIGA, L F, ALDE, A, Rio de Janeiro: César versus Conde e a nova política Carioca, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 49- 90.

LAMOUNIER, Bolívar, Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p 1-86.

LIMA JR., Olavo Brasil de, Articulação de Interesses, Posição Sócio-econômica e Ideologia: As eleições de 1976 em Niterói, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p 91- 144.

MARENCO, André, O voto em dois tempos: Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre, in BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org), **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí, Editora Unijuí, 2009. p. 67-82.

PAIVA, D, KRAUSE, S., Goiânia: voto partidário ou voto pela ética na política, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 227-262.

REIS, Fábio Wanderley (org), **Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo, Símbolo, 1978.

RUBIN, Antonio Albino, Salvador: a permanência da hegemonia carlista, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p 173- 226.

SNIDERMAN, P. & LEVENDUSCKY, Matthew, An Institutional Theory of Political Choice, in DALTON, Russell J., KLINGEMANN, Hans-Dieter, **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford, Oxford University Press, 2009.

SOARES, Glaucio Ary Dillon, **Em busca da racionalidade perdida**. Revista Brasileira de ciências Sociais, vol 15, nº 43, 2000.

SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

TELLES, Helcimara de Souza, **Estratégias de Campanha Política: slogans e retóricas nas eleições para prefeitos no Brasil**, in America Latina Hoy, nº 51. Salamanca: Editora Universidade de Salamanca, 2009. Pág 141- 168.

TRINDADE, Hélió e CEW, Judson de, Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p. 45-211.

TROUNSTINE, Jéssica. **All Politics is Local: The Reemergence of the Study of City Politics**. *Perspectives on Politics*. American Political Science Association, volume 7, number 3, September, 2009. p.611

## Anexo metodológico Ibope

Capital	Rodada	Data de campo	Erro (PP)	Intervalo de Confiança (%)	Amostra	Candidato Prefeito (a)	Principal Adversário (a)
Curitiba – PR	Rodada 1	08 a 10/08/2008	4%	95%	602	Beto Richa PSDB	Gleisi Hofmann PT
	Rodada 2	22 a 24/09/ 2008	4%	95	602		
Maceió – Al	Rodada 1	30 a 01 /08/2008	4%	95	602	Cícero Almeida PP	Judson Cabral PT
	Rodada 2	26 a 27/09/2008	4%	95	602		
Goiânia – GO	Rodada 1	31 a 02/08/ 2008	4%	95	602	Iris Rezende PMDB	Sandes Junior PP
	Rodada 2	15 a 17/09/2008	4%	95	602		
Fortaleza –CE	Rodada 1	05 a 07/ 08/2008	4%	95	602	Luizziane Lins PT	Moroni DEM
	Rodada 2	21 a 23/09/2008	4%	95	602		
Florianópolis – SC	Rodada 1	05 a 07/08/2008	4%	95	602	Dario Berger PMDB	Esperidião Amin - PP
	Rodada 2	23 a 25/09/2008	3%	95	805		
Porto Alegre – RS	Rodada 1	19 a 20 /08/2008	3%	95	805	José Fogaça PMDB	Maria do Rosário - PT
	Rodada 2	24 a 25/09/2008	3%	95	805		
São Paulo – SP	Rodada 1	12 a 14 /08/2008	3%	95	805	Gilbero Kassab DEM	Marta Suplicy PT
	Rodada 2	23 a 25/08/2008	3%	95	805		
Salvador – BA	Rodada1	02 a 04/08/2008	4%	95	602	João Henrique PMDB	Walter Pinheiro PT
	Rodada2	25 a 27/09/2008	3%	95	805		

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008